



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020

(Do Sr. Deputado Felipe Rigoni e outros)

Apresentação: 19/10/2020 18:17 - Mesa

RIC n.1331/2020

Requer informações detalhadas acerca do remanejamento e do cancelamento de despesas no orçamento do Ministério da Educação, presentes no PLN 30/2020 pelos Ministérios da Educação e da Economia.

Senhor(a) Presidente,

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, considerando os remanejamentos de despesas no orçamento do Ministério da Educação presentes no PLN 30/2020¹, solicita-se que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, e pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, as seguintes informações:

1. Quais são as justificativas do Ministério da Economia (ME) para o cancelamento de cerca de R\$ 1,4 bilhão nas despesas previstas do Ministério da Educação (MEC)?
2. No PLN estão previstos cortes expressivos nas seguintes ações programáticas:

AÇÃO PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	VALOR REMANEJADO
-------------------	-----------------------------------	------------------

¹ <https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/145007>

5011 20RQ	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	R\$ 298.500.000,00
5011 00OW	Apoio à Manutenção da Educação Infantil	R\$ 57.674.466
5011 20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica	R\$ 12.656.841
5012 15R4	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	R\$ 109.292.901
5013 219V	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior	R\$ 20.717.837
5013 8282 0023 - UNIDADE: 26233 -Universidade Federal do Ceará	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	R\$ 15.331.574
5013 8282 0024 - UNIDADE: 26243 -Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte	R\$ 30.850.471
5013 8282 0053 - UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal	R\$ 25.000.000
5011 00O0	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	R\$ 23.303.500
5011 214V	Apoio à Alfabetização, à Educação de Jovens e Adultos e a Programas de Elevação de Escolaridade, Com Qualificação Profissional e Participação Cidadã	R\$ 14.499.482
5011 0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	R\$ 707.173.556
5012 21B4	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação	R\$ 115.449.402

Apresentação: 19/10/2020 18:17 - Mesa

RIC n.1331/2020

Documento eletrônico assinado por Felipe Rigoni (P36758), através do ponto s0k_56278, e (verificar anexo);

na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato
ExEdit
* C D 2 0 4 7 1 4 7 0 1 3 0 0 *

	Profissional e Tecnológica - Nivel Nacional	
5012 20RG 0023 - UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Ceará	R\$ 20.459.996
5013 20RX	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais a nível nacional e nos estados de ES, MG e GO	R\$ 39.236.345
5011 0E53	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola	R\$ 4.151.517
5011 20RP	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica, contemplando os estados de GO, RO, PA, RR e TO	R\$ 5.432.310

Quais são as justificativas do ME para a realocação de despesas dessas ações para outras pastas do Governo?

3. Solicita-se de forma detalhada, informações sobre a destinação dos R\$ 1,4 bilhão do Ministério da Educação, ou seja, quanto e para quais ações orçamentárias serão remanejados estes recursos?
4. Quais serão os impactos deste remanejamento nas políticas de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação? Quais serão exatamente as linhas orçamentárias e projetos impactados por esses cortes e em quais valores respectivamente?
5. Solicita-se de maneira minuciosa os planos de ação que serão adotados pelo MEC para minimizar os impactos do remanejamento nas diferentes pastas dos Ministérios, considerando as ações programáticas listadas na tabela acima.
6. Como o Ministério pretende reagir em relação ao seu orçamento estimado para 2021 para abarcar empenhos que não serão possíveis este ano?
7. Quais ações o MEC pretende adotar para auxiliar as Universidades e os Institutos Federais que apresentaram remanejamento das suas respectivas despesas orçamentárias programadas para que essas deem continuidade às suas atividades? Houve consulta à Universidades e Institutos no sentido de planejar quais despesas seriam cortadas ou estariam impossibilitadas de empenho em 2020, possibilitando o corte?

JUSTIFICAÇÃO

No dia 07 de outubro de 2020, a Presidência da República enviou ao Congresso Nacional o PLN nº 30/2020, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 6.118.751.868,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Segundo o Planalto, o PLN visa adequar as dotações orçamentárias para diversos Ministérios a fim de dar continuidade a obras de infraestrutura, para a construção de novos empreendimentos, para fomento ao setor agropecuário, para a estruturação de serviços de saúde básica, dentre outros.

Com o remanejamento, o Ministério da Educação deixará de contar com aproximadamente R\$ 1,2 bilhão de reais do seu orçamento em 2020, considerando aqui suplementação que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação receberá, caso o PLN seja aprovado - cerca de R\$ 160 milhões. O programa de Educação Básica de Qualidade (5011) deve perder cerca de R\$ 1 bilhão, porém, programas de Educação Profissional e Tecnológica (5012) e também de Educação Superior (5013) poderão sofrer perdas significativas. Os maiores impactos concentram-se nas ações programáticas de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica (mais de R\$ 700 milhões), de Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica (cerca de R\$ 298 milhões) e de Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica (R\$115 milhões).

É necessário mencionar que os remanejamentos apresentados pelo PLN 30/2020 na área educacional acontecem em um período marcado pela pandemia do novo coronavírus. Neste momento, é de extrema necessidade o apoio técnico e financeiro da União aos estados e municípios para garantia de um retorno seguro às aulas, assim como a adoção de medidas que possibilitem a manutenção do ensino híbrido, a continuidade de políticas públicas educacionais já existentes e o combate a evasão escolar.

Segundo Parecer nº 11/2020 do CNE, uma população de 56,3 milhões de estudantes está fora das salas de aula desde março de 2020², de forma detalhada são:

- 9 milhões de estudantes de Educação Infantil e 114.851 escolas;
- 15 milhões de estudantes nos Anos Iniciais e 109.644 escolas;
- 11,9 milhões de estudantes nos Anos Finais e 61.765 escolas;
- 7,5 milhões de estudantes no Ensino Médio e 28.860 escolas;
- 8,4 milhões de estudantes no Ensino Superior e 2.537 instituições de Ensino Superior.

Ressalta-se ainda que 35% dos estudantes da educação básica que recebem algum tipo de atividade em casa se enquadra no grupo 'em risco' de desistir da escola³. Deve-se considerar também que 39% dos gestores municipais acreditam que a educação foi a área mais impactada pela pandemia do novo coronavírus⁴, sendo que o índice chega a 54% nas regiões Norte e Centro-Oeste.

² https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/Links/09072020_Parecer_CNE_CP11_2020.pdf

³

<https://fundacaolemann.org.br/materiais/educacao-nao-presencial-na-perspectiva-dos-alunos-e-familias-453>

⁴

https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/pesquisa_PCS_Ibope/Impactos_e_acoes_Covid-19_nos_municipios.pdf

Além dos desafios enfrentados pelos entes federados e pela comunidade escolar, cabe considerar que a taxa de pagamentos da pasta durante o ano de 2020 foi mais uma vez marcada pela baixa execução. O Relatório da Comex/MEC de 2019⁵ já apontava que naquele ano a gestão do Ministério demonstrava incapacidade de execução generalizada, mesmo quando comparada às anteriores. Ações importantes, como a de “Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica”, tiveram execução próxima a zero até julho daquele ano e o nível dos investimentos da pasta no mesmo período também ficou muito abaixo do esperado, em apenas 4,4% de execução (menos da metade do liquidado no mesmo período de 2018).

Em 2020 o cenário se repetiu e estudo realizado em junho deste ano⁶ já apontava que até então apenas 22% das despesas discricionárias do Ministério da Educação haviam sido pagas, mesmo após 50% do exercício corrido. Entretanto, despesas obrigatórias tinham quase 100% de empenho e quase metade dos valores pagos, pois são independentes das medidas de gestores.

O mesmo estudo já apontava que haveriam dificuldades quanto aos repasses vinculados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que concentra hoje mais de 80% do corte proposto pelo PNL 30/2020 na pasta da educação. Até aquele momento, a soma da dotação não executada do ano com o saldo de RAP do Fundo (R\$ 5,5 bilhões) já superava o limite para pagamentos disponível do órgão para o restante do exercício (R\$ 2,8 bilhões). Na prática, já haviam indícios de que não haveria capacidade de pagamentos para concluir o ano. Cabe ainda considerar que os remanejamentos podem impactar no andamento das ações de volta as aulas promovidas pela atual Secretaria de Educação Básica como em estratégias que auxiliem estados e municípios a implementarem as medidas sanitárias para o retorno das aulas, na ampliação do Programa Educação Conectada, na distribuição dos materiais didáticos do PNLD e na implementação do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). Por fim, preocupa a possibilidade do remanejamento de recursos agravar o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Segundo Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do Plano⁷, 31 de 37 indicadores tiveram nível de execução inferior a 60% e apenas uma das 20 metas do Plano foi alcançada.

O cenário acima apontado, alinhado ao remanejamento de recursos das áreas programadas do MEC, preocupam as(os) Parlamentares co-autores deste documento. Por isso, se faz necessário um maior detalhamento do Ministério da Educação e do Ministério da Economia, visando mitigar os efeitos da pandemia na educação brasileira.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 2020

Deputado Felipe Rigoni
PSB/ES

5

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1844168&filename=REL+1/2019+CEXMEC

⁶ https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/541.pdf?481962881

⁷ http://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-08/pme_relatorio_3_ciclo_monitoramento_metas_pne_2020.pdf



Requerimento de Informação **(Do Sr. Felipe Rigoni)**

Requer informações detalhadas
acerca
do remanejamento e do cancelamento de
despesas no orçamento do Ministério da
Educação, presentes no PLN 30/2020
pelos
Ministérios da Educação e da Economia.

Assinaram eletronicamente o documento CD204714701300, nesta ordem:

- 1 Dep. Felipe Rigoni (PSB/ES)
- 2 Dep. Professor Israel Batista (PV/DF)
- 3 Dep. Tiago Mitraud (NOVO/MG)
- 4 Dep. Eduardo Bismarck (PDT/CE)
- 5 Dep. João H. Campos (PSB/PE)
- 6 Dep. Tabata Amaral (PDT/SP)
- 7 Dep. Aliel Machado (PSB/PR)
- 8 Dep. Luisa Canziani (PTB/PR)